
Plan International Brasil

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores
Plan International Brasil

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Plan International Brasil ("Plan Brasil"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit (déficit), das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Plan International Brasil em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e para entidades sem fins lucrativos - Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidade sem finalidade de lucro".

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 2.10 às demonstrações financeiras, a Plan Brasil obtém suas receitas na forma de doações espontâneas, em espécie e eventos, que somente podem ser identificadas quando registradas contabilmente. Por essa razão, nosso exame em relação a essas receitas ficou restrito exclusivamente aos valores contabilizados descritos na Nota 13 às referidas demonstrações financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Plan Brasil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Plan Brasil é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e para entidades sem fins lucrativos - Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidade sem finalidade de lucro" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Plan International Brasil

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Plan Brasil continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Plan Brasil ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Plan Brasil são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Plan Brasil.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Plan Brasil. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Plan Brasil a não mais se manter em continuidade operacional.



Plan International Brasil

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de maio de 2018

PRICEWATERHOUSECOOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'C. Guaraná'.

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	6
2 Resumo das principais políticas contábeis	8
2.1 Base de preparação e apresentação	8
2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação	8
2.3 Operações e saldos	9
2.4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	9
2.5 Depósitos judiciais	9
2.6 Ativo Imobilizado e Intangível	10
2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	10
2.8 Passivo circulante	10
2.9 Provisões	10
2.9.1 Riscos trabalhistas	11
2.9.2 Demais direitos e obrigações	11
2.9.3 Provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o	
Lucro (CSLL)	11
2.10 Apuração do superávit (déficit)	11
3 Caixa e equivalentes de caixa	11
3.1 Títulos e valores mobiliários	11
4 Adiantamentos diversos	12
5 Imobilizado	13
6 Fornecedores	14
7 Salários, provisões e contribuições sociais	14
8 Obrigações tributárias	14
9 Provisão para risco trabalhista	15
10 Patrimônio Líquido	15
10.1 Patrimônio Social	15
10.2 Destinação do superávit	15
11 Receitas operacionais, líquidas	16
11.1 Gratuidades recebidas	16
12 Custos de programas e despesas	16
13 Isenção de contribuição para seguridade social	16
14 Manutenção do certificado de entidade beneficente de assistência social – CEBAS	17
15 Do Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação, de quaisquer bens ou direitos	17
(“ITCMD”)	
16 Pessoal chave da administração	17
17 Seguros	18
18 Eventos subsequentes	18

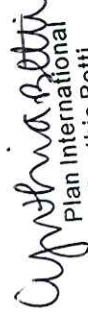
Plan Internacional Brasil

Balanco patrimonial em 31 de dezembro

Em reais

	2017	2016
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.453.655	2.267.696
Títulos e valores mobiliários	965.233	
Adiantamentos diversos	90.758	54.129
Impostos e contribuições a recuperar	10.182	
Créditos a Receber	-	363.171
Despesas antecipadas	34.468	39.140
Total do ativo circulante	2.554.296	2.724.136
Não circulante		
Depósitos judiciais	38.929	19.930
Adiantamentos	45.600	55.980
	84.529	75.910
Imobilizado	794.691	1.008.199
Intangível	34.586	51.275
Total do ativo não circulante	913.806	1.135.384
Total do ativo	3.468.102	3.859.520
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante		
Fornecedores	428.746	687.961
Salários, provisões e contribuições sociais	988.852	941.648
Obrigações tributárias	56.336	54.958
Adiantamento de recursos para projetos	-	434.067
Total do passivo circulante	1.473.934	2.118.634
Não circulante		
Provisão para riscos trabalhistas	55.681	55.681
Total do passivo não circulante	55.681	55.681
Patrimônio líquido	238.665	238.665
Patrimônio social	1.699.822	1.446.510
Reservas para projetos sociais		
Total do patrimônio líquido	1.938.487	1.685.205
Total do passivo e patrimônio líquido	3.468.102	3.859.520


Plan Internacional Brasil
Josete Terto da Silva
Gerente Contábil
CRC-SP 192930/0-7


Plan Internacional
Cynthia Betti
Diretora Executiva

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Plan International Brasil

Demonstração do superávit/(déficit) Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2017	2016
Receita operacional	11		
Doações internacionais		19.133.337	23.038.683
Doações pessoa jurídica		1.870.029	1.874.457
Receita com subvenção		1.707.518	1.664.640
Doações pessoa física		744.192	349.812
Receitas com gratuidade	11.1	969.873	725.122
		<u>24.424.949</u>	<u>27.652.714</u>
Custos com projetos	12		
Custos com projetos		(3.786.295)	(8.668.458)
Custo com pessoal		(9.711.786)	(9.535.237)
		<u>(13.498.081)</u>	<u>(18.203.695)</u>
Resultado Bruto		10.926.868	9.449.019
Despesas gerais e administrativas	12	(9.686.733)	(8.751.710)
Despesa com gratuidade	11.1	(969.873)	(725.122)
Outras despesas	12	(12.361)	(21.038)
		<u>257.901</u>	<u>(48.851)</u>
Superávit (déficit) das atividades antes do resultado financeiro			
Despesas financeiras		(45.526)	(15.593)
Receitas financeiras		40.906	
Resultado financeiro líquido		<u>(4.620)</u>	<u>(15.593)</u>
Superávit/(Déficit) do exercício		<u><u>253.282</u></u>	<u><u>(64.444)</u></u>


Plan International Brasil
Josete Terto da Silva
Gerente Contábil
CRC-SP 192930/0-7

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Plan International Brasil

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Patrimônio social	Superávit/ (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>238.665</u>	<u>1.510.984</u>	<u>1.749.649</u>
Déficit do exercício		(64.444)	(64.444)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>238.665</u>	<u>1.446.540</u>	<u>1.685.205</u>
Superávit do exercício		253.282	253.282
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>238.665</u>	<u>1.699.822</u>	<u>1.938.487</u>

Cynthia Betti

Plan International
Cynthia Betti
Diretora Executiva

Jose Terto da Silva
Plan International Brasil
Jose Terto da Silva
Gerente Contábil
CRC-SP 192930/O-7

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Plan International Brasil

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Superávit/(Déficit) do exercício	253.282	(64.444)
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação e amortização	406.043	431.947
Baixa/ajuste de imobilizado	12.268	23.835
	418.311	455.782
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Títulos e valores mobiliários	(965.233)	
Adiantamentos diversos	(26.249)	(4.904)
Impostos e contribuições a recuperar	(10.182)	
Depósitos e bloqueios judiciais	(18.999)	46.021
Créditos a receber	363.171	(363.171)
Despesas antecipadas	4.671	(24.434)
Fornecedores	(259.215)	687.961
Salários, provisões e contribuições sociais	47.204	57.372
Obrigações tributárias	1.378	(24.900)
Adiantamento de recursos para projetos	(434.067)	(440.712)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(625.928)	324.571
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado	(188.113)	(295.808)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	(188.113)	(295.808)
(Diminuição)/aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(814.041)	28.763
Caixa no início do período	2.267.696	2.238.933
Caixa no final do período	1.453.655	2.267.696
(Diminuição)/aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(814.041)	28.763


Plan International
Cynthia Betti
Diretora Executiva


Plan International Brasil
Josete Terto da Silva
Gerente Contábil
CRC-SP 192930/0-7

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Plan International Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações gerais

1 Contexto operacional

A Plan International Brasil ("Plan Brasil"), fundada em 15 de dezembro de 1997 é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, sem filiação religiosa ou política, que tem por objetivo contribuir para a construção de um mundo onde todas as crianças realizem seu pleno potencial, em sociedades que respeitem os direitos e a dignidade das pessoas.

A Entidade tem sede e foro na Rua dos Flamengos, 20 – quadra 4, bairro do Calhau, São Luís - Maranhão, e pode desenvolver suas atividades por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Para o cumprimento dos seus objetivos, a Entidade orienta suas ações no sentido de promover o apoio humanitário e o desenvolvimento comunitário centrado na criança e no adolescente, garantindo o pleno cumprimento dos Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Viabilizando compromissos de longo prazo com as crianças e adolescentes, alcançando maior impacto na luta contra a pobreza infantil, facilitando a comunicação entre crianças, adolescente e adultos de todo mundo, o entendimento mútuo e encontrando soluções inovadoras para assegurar o pleno cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, aplicando em todos os programas os princípios do Desenvolvimento Comunitário Centrado na Criança e no Adolescente.

Atualmente, a Plan Brasil tem se dedicado aos seguintes programas e projetos:

Agente M

Objetivo: Contribuir para o protagonismo de adolescentes e jovens na promoção da saúde e a igualdade de gênero, estimulando/capacitando com informações, habilidades e acesso a serviços essenciais. Vigência: 01/07/2015 a 28/02/2018.

Cambalhotas

Objetivo: Promover a cultura de autocuidado e do meio ambiente nas famílias e comunidades através da participação de meninas e meninos de 07 a 10 anos. Vigência: **São Luís:** 26/03/2013 a 30/06/2017 (novo ciclo 01/07/2017 a 30/06/2018)

Codó: 01/07/2016 a 31/12/2017

Teresina: 01/08/2015 a 30/06/2017 (novo ciclo 01/07/2017 a 30/06/2018)

Comunidade Viva

Objetivo: Promover o desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica sustentável em comunidades quilombolas na região dos Cocais no Maranhão, pela formação e organização de mulheres e jovens agricultores, contribuindo na multiplicação de tecnologias sociais voltadas para a região dos cocais. Vigência: 01/11/2016 a 30/06/2018.

Construindo o Saber

Objetivo: Contribuir no acesso a um ambiente de educação/aprendizagem melhorado para crianças de comunidades rurais, no município de Codó, no Brasil. Vigência: 01/07/2015 a 30/06/2017.

Esporte e Cidadania

Objetivo: Contribuir para a promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes e para o exercício pleno da cidadania, utilizando esportes e atividades socioeducativas como ferramenta de aprendizagem, autoproteção, cultura de paz, habilidades para a vida e desenvolvimento integral de meninos e meninas. Vigência: 05/07/2015 a 28/02/2018.

6 de 18


Plan International
Cynthia Betti
Diretora Executiva


Plan International Brasil
Josete Terto da Silva
Gerente Contábil
CRC-SP 192930/0-7

Plan International Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Plan em Ação

Objetivo: Contribuir para a melhoria da qualidade de vida de meninas e meninos através de atividades integradas entre Plan, poder público, sociedade civil e comunidades oportunizando lhes o direito do brincar e o acesso informação e discussão sobre seus direitos.

Vigência: **São Luís:** 10/04/2014 a 30/06/2017 (novo ciclo 01/07/2017 a 30/07/2018)

Codó: 01/07/2016 a 30/06/2017 (novo ciclo 01/07/2017 a 30/07/2018)

Teresina: 30/02/2015 a 30/06/2017. (novo ciclo 01/07/2017 a 30/07/2018)

Aprender sem Medo

Objetivo: Promover um ambiente escolar livre do Bullying e da desigualdade de gênero para meninos e meninas nos espaços escolares dos municípios de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Vigência: 09/03/2017 a 15/01/2018.

Gol Pela Paz

Objetivo: Promover uma mudança de comportamentos e paradigmas relacionadas à cultura machista e patriarcal por meio de ações formativas transformadoras de gênero e de protagonismo juvenil mediados pela prática do futebol, fortalecendo as capacidades de meninos e meninas dos municípios de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Vigência de 17/03/2014 a 30/01/2017.

Infância Feliz

Objetivo: O projeto objetiva promover o desenvolvimento integral de crianças na Primeira Infância por meio do fortalecimento das capacidades de gestores e professores da educação infantil e das competências de mães, pais, cuidadores e cuidadoras, ampliando o desenvolvimento infantil cognitivo/linguístico, psicomotor e sócio afetivo das crianças de até 6 anos de idade que frequentam creches e/ou escolas de educação infantil através da musicalização. Vigência: **São Luís:** 01/06/2015 a 30/06/2017. (novo ciclo: 01/09/2017 a 31/08/2020)

Codó: 01/07/2015 a 30/06/2017 (novo ciclo: 03/07/2017 a 30/06/2019)

Teresina: 01/07/2015 a 30/06/2017 (novo ciclo: 01/07/2017 a 30/06/2018)

Down to Zero

Objetivo: Reduzir o numero de crianças (meninas e meninos) em risco ou vítima de exploração sexual em 9 comunidades e 5 municípios (Salvador e região metropolitana do estado da Bahia). Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2020.

Pontes para o Futuro

Objetivo: Aumentar a integração socioeconômica de jovens em situação de vulnerabilidade na região metropolitana de Salvador. Vigência: 01/03/2015 a 31/08/2018.

Jovens Construindo o Futuro

Objetivo: Aumentar o crescimento econômico nas regiões alvo no Brasil, reduzindo a lacuna entre a demanda e a oferta de trabalho qualificado, abrindo o mercado de trabalho para os jovens vulneráveis e desenvolvendo programas de talentos. Vigência: 01/02/2015 a 31/12/2017.

Famílias que Cuidam

Objetivo: Aumentar as capacidades de mães e cuidadores/as de crianças de 0 a 6 anos para o empreendedorismo e empregabilidade. Vigência: 01/03/2014 a 30/03/2017. (novo ciclo: 03/04/2017 a 31/12/2020).

Plan International Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Plataforma das Meninas

Objetivo: Promover a mobilização e a formação de meninas adolescentes em matéria de participação cidadã, protagonismo, incidência e controle social acerca das políticas públicas referentes a seus direitos humanos, no marco da Declaração das Meninas do Brasil e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 5, em convergência com o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente e com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, conforme detalhado no Plano de Trabalho. Vigência: 28/03/2016 a 15/09/2017.

Gols por uma Vida Melhor

Objetivo: Combater o desemprego jovem e a pobreza ao criar oportunidades sustentáveis para o (auto) emprego, e ao mesmo tempo promover a igualdade de gênero e o aumento da segurança econômica para meninas adolescentes e jovens mulheres. Vigência: 01/09/2014 a 31/10/2017.

Geração

Objetivo: Meninas aperfeiçoam a educação financeira e habilidades para a vida e melhoram sua autoestima. Vigência 01/07/2014 a 30/06/2017. (novo ciclo 01/07/2017 a 30/07/2018)

Escola de Lideranças

Objetivo: Empoderar as meninas para a prevenção das violências baseadas em gênero, desenvolvendo suas habilidades para a vida, seus conhecimentos sobre seus direitos e promovendo sua participação cidadã, com ações de incidência para promover o direito a uma vida sem violência. Vigência: 10/03/2017 a 30/03/2018.

Adolescentes Multiplicando Saúde

Objetivo: Contribuir para a melhoria da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens (meninas e meninos), entre 10 e 19 anos, com foco em gravidez na adolescência, dst/hiv-aids e gênero em 05 comunidades semiurbanas de São Luís. Vigência: 16/01/2017 a 30/04/2018.

Água, Saúde e Vida

Objetivo: Melhorar as condições de vida das crianças, e especialmente das meninas, através do acesso à água encanada segura e limpa, promovendo a melhoria da saúde física e menstrual, e contribuindo para um ambiente mais igualitário entre meninos e meninas. Vigência: 01/09/2017 a 31/08/2020.

Programa Adolescente Saudável

Objetivo: Contribuir para melhorar a saúde e igualdade de gênero de pessoas jovens entre 10 e 24 anos em áreas vulneráveis da zona norte de São Paulo
Vigência: 01/07/2017 a 30/06/2020.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME (R1)) e nas Normas

8 de 18


Plan International
Cynthia Betti
Diretora Executiva


Plan International Brasil
Josete Terto da Silva
Gerente Contábil
CRC-SP 192930/O-7

Plan International Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em reais, exceto quando indicado de outra forma**

Brasileiras de Contabilidade aplicáveis à Entidades sem fins lucrativos ITG 2002 - "Entidade sem finalidade de Lucros", expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das práticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações financeiras. Durante os períodos apresentados, o principal evento identificado foi o reconhecimento do valor justo das gratuidades recebidas, conforme demonstrado na Nota Explicativa 11.1 e o reconhecimento de provisões para riscos trabalhistas (Nota Explicativa 9).

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Curador no dia 30 de maio de 2018 em Assembleia Geral Ordinária.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Plan Brasil atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Plan Brasil e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 Operações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e recursos em contas bancárias de livre movimentação e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Plan Brasil.

Plan International Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Ativo Imobilizado e Intangível

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa 5.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Entidade. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os valores residuais e a vida útil dos bens são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O intangível é demonstrado pelo custo incorrido na aquisição de direito de uso de *software* deduzido do saldo da respectiva conta de amortização. A amortização é calculada pelo método linear.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e intangível são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.8 Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

2.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Plan Brasil possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita com segurança.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Plan International Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9.1 Riscos trabalhistas

A Plan Brasil é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Na avaliação da probabilidade de perda, a administração da Entidade considera a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.9.2 Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes, sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação.

2.10 Apuração do superávit (déficit)

As receitas da Entidade são provenientes de doações espontâneas, em espécie, bens e eventos recebidos dos parceiros da Plan Brasil.

Os custos dos projetos executados estão registrados em conformidade com o regime contábil de competência.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	12.828	18.899
Bancos	1.440.827	2.248.797
	<u>1.453.655</u>	<u>2.267.696</u>

3.1 Títulos e valores mobiliários

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações financeiras (i)	965.233	
	<u>965.233</u>	

(i) As aplicações financeiras referem-se a fundos de renda fixa e refletem as condições usuais de mercado na data dos balanços sendo remuneradas em média a 99.44% da taxa média dos DI em 31 de dezembro de 2017.

Plan International Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Adiantamentos diversos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Adiantamento de aluguel (a)	45.600	55.980
Adiantamento a colaboradores (b)	57.616	53.109
Adiantamentos a unidades de programa	33.142	1.020
	<u>136.358</u>	<u>110.109</u>
Circulante	90.758	54.129
Não circulante	45.600	55.980
	<u>136.358</u>	<u>110.109</u>

(a) Correspondem às garantias em dinheiro (depósito caução) estabelecidas para assegurar o cumprimento das obrigações constantes nos contratos de locação assinados pela Entidade. São eles:

	<u>Valor do caução</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rua Flamengo nº 20 - Calhau - São Luis	24.000	24.000
Rua Estado de Israel nº 262, sl 203 - Ilha do Leite - Recife	-	10.380
Av. Roque Petroni Junior, 1089 - salas 111/113 - São Paulo	21.600	21.600
	<u>45.600</u>	<u>55.980</u>

(b) Os adiantamentos concedidos aos colaboradores são referentes aos adiantamentos de viagens, cujas despesas são reconhecidas nos resultados da Entidade a partir da prestação de contas dos valores tomados.


Plan International
Cynthia Betti
Diretora Executiva


Plan International Brasil
Josete Terto da Silva
Gerente Contábil
CRC-SP 192930/O-7

Plan International Brasil


Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

5

Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Moveis utensílios de escritório	Veículos	Computadores e periféricos	Beneficiária em imóveis de terceiros	Total
Em 31 de Dezembro de 2015	97.250	148.689	336.776	335.140	233.628	1.151.483
Adições		28.826	81.319	164.004	21.659	295.808
Baixas	(3.537)	(5.804)	(14.494)	(14.494)	(23.835)	(23.835)
Depreciação	(15.377)	(24.714)	(172.244)	(134.510)	(68.412)	(415.257)
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016	78.336	146.997	245.851	350.140	186.875	1.008.199
Custo total	112.751	203.969	1.066.739	669.371	343.896	2.396.726
Depreciação acumulada	(34.415)	(56.972)	(820.888)	(319.231)	(157.021)	(1.388.527)
Valor contábil, líquido	78.336	146.997	245.851	350.140	186.875	1.008.199
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	78.336	146.997	245.851	350.140	186.875	1.008.199
Adições		17.570	82.933	87.610	188.113	188.113
Baixas	(214)			(12.054)		(12.268)
Depreciação	(11.388)	(20.707)	(155.055)	(133.424)	(68.779)	(389.353)
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017	66.734	143.860	173.729	292.272	118.096	794.691
Custo total	112.151	221.539	1.149.672	729.110	343.896	2.556.368
Depreciação acumulada	(45.417)	(77.679)	(975.943)	(436.838)	(225.800)	(1.761.677)
Valor contábil, líquido	66.734	143.860	173.729	292.272	118.096	794.691
% Depreciação anual	10%	10%	20%	20%	20%	20%


 Plan International
 Cynthia Betti
 Diretora Executiva


 Plan International Brasil
 Joseete Terito da Silva
 Gerente Contábil
 CRC-SP 192930/O-7

Plan International Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Fornecedores

O saldo em fornecedores para o período findo em 31 de dezembro de 2017 monta R\$ 428.746 (R\$ 687.961) e refere-se, principalmente a prestação de serviços diversos com pessoas física e jurídica.

7 Salários, provisões e contribuições sociais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisão de férias a pagar	851.896	797.793
IRRF sobre a folha	48.737	52.302
INSS a pagar	43.527	46.702
FGTS a pagar	44.692	44.851
	<u>988.852</u>	<u>941.648</u>

8 Obrigações tributárias

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto de renda retido na fonte	12.700	1.503
Contribuição social Lei 10.833	14.334	2.299
INSS de terceiros	29.239	51.156
ISS	63	
	<u>56.336</u>	<u>54.958</u>

A Plan Brasil atende a todos os requisitos da legislação, sendo imune do imposto de renda (com base no artigo 150 da Constituição Federal) e isenta da contribuição social sobre o superávit, da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) (de acordo com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (com base no art. 55 da Lei nº 8.212/91, revogada pela Lei nº 12.101/09, que também ampliou a isenção da COFINS sobre as receitas financeiras para as entidades beneficentes de assistência social a partir de novembro de 2009).

Provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL)

Em virtude de a Plan Brasil ser uma organização sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade/isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/1999, bem como artigo 195 da Constituição Federal (CF).

Plan International Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Provisões para contingência trabalhista

	Provisão para contingências
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	
Trabalhistas	<u>55.681</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	
Trabalhistas	<u>55.681</u>

A Plan Brasil é parte envolvida em processos judiciais em andamento e está discutindo essas questões nas esferas judiciais correspondentes, amparadas sempre que necessário, por depósitos judiciais.

Em 31 de dezembro de 2017, os valores das causas reconhecidas pela Plan Brasil como prováveis de perda montam R\$ 55.681 (2016 - R\$ 55.681) e são constituídas unicamente sobre causas trabalhistas.

Em 31 de dezembro de 2017, a Plan Brasil não possui processos classificados como possíveis.

10 Patrimônio líquido

10.1 Patrimônio social

Em 31 de dezembro de 2017, o Patrimônio Social da Plan Brasil é de R\$ 1.938.487 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 1.685.205). De acordo com o Parágrafo Único, Capítulo IV do Estatuto Social da Plan Brasil, uma vez deliberada a extinção da associação, o seu patrimônio será estendido à outra entidade congênere registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, ou a entidade pública.

10.2 Destinação do Superávit

Por ser considerada sem fins lucrativos, a Plan Brasil não remunera sob nenhuma forma seus dirigentes pelos serviços prestados, e não apresenta superávit em suas contas, ou caso apresente em determinado exercício, destina o referido resultado, integralmente, a manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetos sociais, sendo incorporados ao patrimônio social.

De acordo com o artigo 7 do Estatuto Social da Plan Brasil, a Plan Brasil não distribuirá, em nenhuma hipótese, lucros, dividendos, bonificações ou vantagem de qualquer espécie, devendo os resultados tesoureiros superavitários, verificados ao final de cada exercício, serem reinvestidos em atividades que garantam o cumprimento dos objetivos sociais.


Plan International
Cynthia Betti
Diretora Executiva


Plan International Brasil
Josete Terto da Silva
Gerente Contábil
CRC-SP 192930/0-7

Plan International Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Receita operacional, líquida

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Doações pessoa jurídica	1.870.029	1.874.457
Doações pessoa Física	744.192	349.812
Receita com gratuidade (Nota 11.1)	969.873	725.122
Doações internacionais	19.133.337	23.038.683
Receita com subvenção	<u>1.707.518</u>	<u>1.664.640</u>
(=) Receita operacional líquida	<u>24.424.949</u>	<u>27.652.714</u>

11.1 Receita e despesa com gratuidade

As gratuidades identificadas pela administração como tendo sido prestadas no exercício de 2017, bem como o seu valor justo, estão apresentadas na demonstração do resultado nas contas "Receitas com gratuidade" e "Despesas com gratuidade" e referem-se aos seguintes serviços:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Google – serviço de busca gratuito	893.345	725.122
Remuneração do Conselho Curador	76.528	
(=) Receita/despesa com gratuidade	<u>969.873</u>	<u>725.122</u>

12 Custos de programas e despesas por natureza

Custo e despesas	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas com pessoal	(10.540.362)	(10.063.660)
Serviços profissionais	(1.125.731)	(4.610.758)
Materiais e eventos	(2.249.465)	(3.291.996)
Publicidade	(2.742.028)	(2.255.270)
Viagens e hospedagens	(1.987.070)	(2.552.019)
INSS Patronal e Pis sobre a folha (subvenção)	(1.707.518)	(1.644.640)
Depreciação e amortização	(406.043)	(431.497)
Manutenção	(1.022.791)	(773.284)
Aluguéis	(663.685)	(650.655)
Telefone e internet	(384.882)	(309.227)
Serviços públicos	(132.530)	(128.791)
Serviços de cartórios e outros	(142.747)	(148.333)
Despesas com gratuidade	<u>(969.873)</u>	<u>(725.122)</u>
Outras despesas	<u>(92.323)</u>	<u>(116.313)</u>
Total custo e despesa por natureza	<u>(24.167.048)</u>	<u>(27.701.565)</u>

Plan International Brasil

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Isenção de contribuição para seguridade social

Por se enquadrar nos pré-requisitos instituídos pela Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, e Decreto nos 3.039 e 4.327, de 28 de abril de 1999 e 8 de agosto de 2002, respectivamente, a Entidade é considerada isenta das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, quais sejam: cota patronal e demais contribuições a ela vinculadas – salário educação, SAT, INCRA, SENAC, SESC, SEBRAE, PIS e COFINS.

Em 27 de novembro de 2009, foi sancionada a Lei nº 12.101, que dispõe sobre a concessão do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, alterando diversos procedimentos para a renovação do referido certificado. Uma das principais alterações refere-se à mudança do órgão responsável para análise e emissão do CEBAS. A partir de 1º de janeiro de 2010, o órgão responsável para análise do pleito da beneficência da Entidade, passou a ser o Ministério do Desenvolvimento Social, uma vez que, conforme tal legislação, a alçada de responsabilidade do pedido de renovação da beneficência, se dá de acordo com a área de atuação da Entidade.

O valor relativo à isenção previdenciária, como se devida fosse, gozada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 1.707.518 (31 de Dezembro de 2016 – R\$ 1.664.640) tendo sido totalmente aplicado nos programas para a manutenção de serviços gratuitos.

14 Manutenção do certificado de entidade beneficente de assistência social – CEBAS

Em 30 de janeiro de 2015, foi publicada no Diário Oficial da União a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de educação através do processo nº 71000.139520/2010-30, inscrito pelo CNPJ 02.326.629/0001-51. O Certificado tem validade pelo período de 18/12/2010 a 17/12/2015.

Em 31 de outubro de 2016, foi publicada no Diário Oficial da União a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de educação através do processo nº 71000.043011/2015-17, inscrito pelo CNPJ 02.326.629/0001-51. O Certificado tem validade pelo período de 17/12/2015 a 18/12/2018.

As aplicações dos recursos em gratuidades atenderam ao que preceitua a Constituição Federal no Art. 195, III, §7º, que concede a isenção da Contribuição Social (INSS) às entidades beneficentes de assistência social que atendem as exigências estabelecidas em lei.

15 Do Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação, de quaisquer bens ou direitos (“ITCMD”)

A Plan é reconhecida como uma entidade de assistência social sem fins lucrativos e, portanto, conforme art. 107 da Lei 7.799/02 e alterações não há incidência do ITCMD.

16 Pessoal chave da administração

Em 31 de dezembro de 2017, o Conselho Curador responsável por administrar e definir os processos estratégicos da Plan Brasil era composto pelas seguintes pessoas físicas:

17 de 18


Plan International
Cynthia Betti
Diretora Executiva


Plan International Brasil
Josete Terto da Silva
Gerente Contábil
CRC-SP 192930/0-7

Plan International Brasil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Conselho curador

Pedro Martins de Mello - Presidente
Giovanna Bratti Nunes Gaboardi - Vice presidente
Antonio Pereira Filho
Salette de Souza Moraes
Sylvia da Costa Faccioça
Juan Emilio Posada Echeverri
Élio Braz Mendes
Melitha Novoa Prado

A Entidade não remunera os seus conselheiros, no entanto, conforme demonstrado na Nota 11.1, a norma ITG 2002 prevê para fins de divulgação a mensuração da remuneração caso houvesse desembolso do valor.

17 Seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Plan Brasil efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Plan Brasil em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso, e assim atendendo principalmente, o Princípio Contábil de Continuidade. Cada análise é feita, independentemente, pela unidade de programa e abrange basicamente seguros prediais e automotivos, cujo vencimento decorrerá após 31 de dezembro de 2017.

18 Eventos subsequentes

Em 2 de abril de 2018, a Plan Brasil contratou a título de diretora executiva, Cynthia Betti Rodrigues Qualharelo, com a função de administrar e definir as estratégias junto ao Conselho Curador.

* * *


Plan International
Cynthia Betti
Diretora Executiva


Plan International Brasil
Josete Terto da Silva
Gerente Contábil
CRC-SP 192930/O-7